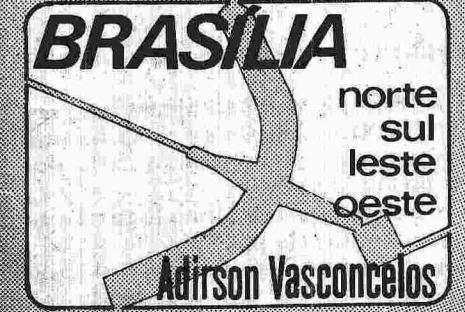


Depois da Pedra Fundamental, um decênio se passa...

Muitos lutando pelos pilares da cidade mas Governo apático



A década que sucede ao lançamento da Pedra Fundamental, no ano do Centenário da Independência, é marcada por fatos esparsos de pálidos resultados objetivos em favor do ideal mudancista da Capital para as regiões interioranas do Plano Central.

A par das dificuldades financeiras porque atravessa o País, este é um período politicamente difícil da vida nacional. As dificuldades de entendimento político-partidário fazem recrudescer lutas civis e violentas revoluções, nos Governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Com a ascensão de Washington Luís ao Poder tudo parecia caminhar para uma "reconstrução" mas o descontentamento gerado pelos resultados das eleições presidenciais provoca a Revolução de 30 e a Nação passa a vir a Ditadura Vargas e só três anos depois há indícios de redemocratização, com a convocação de uma Constituinte e mesmo assim como resultado de uma luta intensa. No dizer de Teixeira de Freitas, uma "confusa encruzilhada".

XXX

Assim, os transtornos do presente dificultam, sem dúvida, aos Governos, raciocínios de preparação do futuro, em cujos planos a interiorização da Capital figuraria de forma indelclinável ante o conceito que tal idéia desfrutava na opinião pública nacional.

Apesar disso, algumas manifestações isoladas se fazem sentir em favor do ideal mudancista da Capital durante esta fase conturbada da vida nacional. E neste particular, destacam-se, nos anos 22 e 24, respectivamente, as manifestações e as proposições legislativas de Americano do Brasil e o plano da construção da cidade idealizado pelo tenente-coronel Barros Fournier.

Dos presidentes que governaram durante esta fase da vida nacional, um - Artur Bernardes - dá, por mais de uma vez, demonstração do seu propósito de levar a Capital para o interior, porém quase todo o seu período é perturbado por violentas revoluções de ordem político-partidária, o que dificulta qualquer iniciativa.

Afora manifestações esparsas pela imprensa ou no Congresso, dois fatos provocados por geógrafos e estatísticos brasileiros de renome voltam a lembrar, nos anos 32 e 33, a imponosidade da mudança da Capital: a divulgação de estudos de Teixeira de Freitas sobre tal necessidade e as conclusões da Grande Comissão da Sociedade de Geografia aconselhando o acerto da solução Cruls e recomendando a execução da transferência da Capital. Tais fatos, embora de ordem teórica, são do maior significado para criar um estudo de espírito na opinião pública e a influenciar os constituintes que, a partir de 1933, tratam de elaborar a nova Constituição:

AMERICANO DO BRASIL

Entendendo que o lançamento da Pedra Fundamental da nova Capital no Planalto Central teve o sentido de um lembrete perene a recordar aos governos um dever irrevogável e que significa um princípio de ação, o começo da construção da Capital no hinterland, o deputado goiano Americano do Brasil se lança, a partir da fixação do marco inicial, em 7 de setembro de 1922, a uma série de pronunciamentos em defesa do ideal mudancista e, no propósito de efetivar a medida, apresenta dois projetos à Câmara. Um, propõe que o Governo Federal administrasse a área do Quadrilátero Cruls e organizasse a justiça do futuro Distrito Federal. Outro, autorizando o Executivo a abrir concorrência pública para a construção da nova Capital da República. Americano do Brasil fôr, antes, juntamente com o deputado maranhense Rodrigues Machado, autor do projeto para o lançamento da pedra fundamental.

BARROS FOURNIER

Inspirado naturalmente na força dos argumentos e dos propósitos de Americano do Brasil, um hornei de grande visão e coragem propõe um plano fantástico pelo qual se compromete a construir, praticamente sozinho, a nova Capital do Brasil no Planalto Central e entregá-la concluída em 10 anos, podendo ser inaugurada em 15 de novembro de 1936. E mais: prometia ainda construir uma estrada de ferro interligando o Quadrilátero Cruls ao Rio, Cuiabá, Salvador, Recife e Belém. Seria a "Estrada de Ferro Redentora", com 7 mil quilômetros.

Tudo sem ônus para a União e sem pedir concessões para exploração de serviços comunitários, a exemplo do que vinha ocorrendo com projetos e mesmas propostas anteriormente apresentadas ao Congresso. Em contrapartida ao tudo que faria ou daria, queria permissão para emitir ações da "Estrada de Ferro Redentora" cujos acionistas reunir-se-iam sob a forma de sindicato e teriam participação em dividendo das operações da via férrea, bem assim na venda de terras, na área demarcada, que oportunamente viesse a ser feita.

Trata-se do tenente-coronel Luis Mariano de Barros Fournier que, nos anos 24 e 25, encaminha sua proposição ao Senado e ao Presidente da República, respectivamente. A propósito, concede entrevista à imprensa e fala à oficialidade no Clube Militar, defendendo em todas as oportunidades, a necessidade da interiorização da Capital do Brasil e justificando a viabilidade do seu plano.

JOÃO BARBALHO

Um depoimento valioso em favor da interiorização da Capital ocorre, dois anos após o lançamento da pedra fundamental, pela palavra do constitucionalista João Barbalho que publica os seus "Comentários à Constituição".

Além de demonstrar a imponosidade do cumprimento da Lei Magna que no seu artigo terceiro impõe, de forma clara e sem subterfúgios, a demarcação de uma área de 14.400 quilômetros quadrados para nela estabelecer-se a futura Capital do Brasil, João Barbalho faz estudos e observações sobre o comportamento de outros povos que têm suas capitais interioranas ou as transferiram para o hinterland pelas conveniências bastante conhecidas e que cada circunstância impunha. Neste particular, fundamenta-se também nos ensinamentos de Aristo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

Assim, define que o cumprimento do preceito constitucional, além das vantagens de ordem estratégica e de segurança com relação a inimigos externos, Barbalho é de opinião que colocada a Capital em lugar proximamente equidistante dos extremos nacionais, como preten de Constituição, facilitaria as comunicações e relações com os Estados, em múltipla vantagem para eles e para a União.

E lembra que o vastíssimo, rico e ubérmo interior do País terá, com a Capital all estabelecida, melhores condições de desenvolver-se em civilização e em aproveitamento de suas riquezas, deixando de ser grande somente na extensão de suas terras, fauna, rios e florestas. Desde que se estabeleça a Capital no interior, a nova cidade, por natural influxo, não será somente centro de Governo, mas via de disseminação de progresso, veículo de prosperidade e engrandecimento das regiões circunvizinhas.

Por fim, fundamentando-se em exemplos internacionais, arguindo as impropriedades

de uma cidade marítima como Capital, o consagrado jurista é de pensamento que os homens responsáveis pela supremo direção dos negócios públicos devem estar num local mais sereno e isento e não no Rio de Janeiro para ser uma cidade imprópria, má e perigosa à segurança do Governo, seja motivo de ordem topográfica ou estratégica ou política.

ARTUR BERNARDES

Referindo-se ao Presidente Arthur Bernardes, preste a assumir o Governo, o deputado Americano do Brasil num discurso de 1922, insinua que um mineiro - e Bernardes era de Minas Gerais - seria o realizador da transferência da Capital e, só com isto, estaria "fadado a ser o extremo dos sonhadores inconfidentes com a transplantação da árvore alegórica para os tabuleiros do Brasil Central".

E Artur Bernardes revela-se, por mais de uma vez, quando Presidente, bastante empolgado na mudança da Capital. Talvez a "confusa encruzilhada" com que se defrontava o Brasil na sua economia e finanças, bem como na política, não tenha permitido a Artur Bernardes fazer alguma coisa de concreto além das suas boas intenções.

Em duas de suas mensagens ao Congresso, o Presidente Artur Bernardes, nos anos 25 e 26, dá testemunhos eloquentes do seu interesse pelo assunto, por se fazer de reconhecida necessidade.

Assim, diz, textualmente que "urge realizar a mudança da Capital da União", pois o Rio de Janeiro, em sendo um grande centro industrial e grande empório comercial tem uma vida de "vantajosa influência na vida econômica do Brasil", mas de "preponderância inegável na orientação dos governos", impedindo, assim, por vezes, os governos de "melhor atender aos interesses e necessidades mais gerais do nosso vasto território".

A Capital no interior - afirma Artur Bernardes - será um laço de conexão entre as diversas unidades federadas e poderá irradiar para todas as direções as vias de transporte e comunicação e outros elementos de progresso da alçada da União e, em emergência de defesa nacional, a atuação do Governo seria muito mais segura e eficiente. E, acrescenta: Os poderes públicos, para uma atuação preventiva ao País, precisam de uma atmosfera de completa tranquilidade de ação, isenta de preocupações locais e das solicitações de classe, que, em seu propósito, podem, mesmo involuntariamente, causar danos ao interesse geral da Nação.

Entendendo que, pela Constituição, a competência de "mudar a Capital" é de iniciativa parlamentar, Artur Bernardes chega a tentar convencer os parlamentares da conveniência e urgência da medida, ao exortá-los, na sua Mensagem anual, que "o Congresso Nacional deve desenvolver a sua ação em um centro do qual possa escutar o sentimento nacional, com exatidão e calma, sem a visão alterada por um local impróprio de observação, sem a reflexão perturbada pelo tumulto de uma grande cidade cosmopolita e onde a segurança material dos representantes dos poderes públicos se acha fora do alcance de ataques externos e de atentados interiores".

Artur Bernardes chega a afirmar que a interiorização da Capital se constitui "um dos assuntos que trazímos em mente para o Governo" e confessa, já no final de seu Governo, que não lhe foi possível dedicar ao assunto "atenção necessária, devido às circunstâncias que tem absorvido as preocupações da administração e os recursos da Nação". Sobre as "circunstâncias" alegadas por Bernardes, Teixeira de Freitas, fazendo um retrato da época, disse que o País vivia "uma situação política sem saída devido ao choque das ideologias políticas" e acrescendo a isto "o colapso econômico e financeiro que nos imobiliza".

RAMOS CAIADO

Um outro goiano além de Americano do Brasil se ocupa, neste mesmo período, com a causa da interiorização da Capital. Trata-se do Senador Ramos Caiado.

O representante goiano na Câmara Alta faz um circunstanciado estudo histórico do ideal mudancista e ajunta ao seu pronunciamento uma série de observações de membros da Comissão Cruls sobre as regiões do Planalto Central e sobre o Quadrilátero escolhido pela mesma Comissão.

Com base nas razões apontadas, Ramos Caiado dirige a si e a todos uma indagação:

Se é uma aspiração nacional, acariciada desde os tempos da Independência, a maturidade no cérebro dos nossos maiores estadistas, durante três gerações sucessivas, sem solução de continuidade, por que deixamos em óblio o problema consubstancial neste sábio preceito que determinou a mudança da Capital da República?

Ao final do seu pronunciamento, condena o ambiente político e de pressões existente no Rio de Janeiro, onde os poderes públicos sofreram a "ação dos demolidores e das influências dos inimigos da ordem e das instituições", o que tem causado "um grande mal às finanças nacionais". E pede que seja examinado um projeto do senador Justo Chermont (do Pará) que manda abrir concorrência para a construção da nova Capital e que, há cinco anos, "dorme no seio das Comissões do Senado desde 1919". Igualmente, idêntico projeto tramitava na Câmara, a partir de 1922, e de autoria de Americano do Brasil.

UM NOVO PROJETO

Uma nova tentativa parlamentar se registra por intermédio do deputado Cezar Magalhães (Rio) em 1926, quatro anos após a apresentação do Projeto Americano do Brasil.

Cezar Magalhães apresenta projeto autorizando o Executivo a mandar construir a nova Capital na área já demarcada e estabelecendo o prazo de 10 anos para conclusão da obra. Estabelece inclusivamente a formação de uma Comissão integrada por cinco Ministros para, no prazo de 60 dias após a publicação da Lei sugerida; receber proposta de empresas ou pessoas interessadas na obra. O representante estatua, no seu projeto, que a construção dar-se-á sem privilégios, ou seja, que o Governo não concederá concessões de exploração dos serviços comunitários a quem vencesse a concorrência, o que vale dizer que a obra seria realizada às expensas do Poder Público.

A justificativa de Cezar Magalhães ao seu projeto é um verdadeiro estudo sobre o assunto, há vista que é redigida em 35 laudas datilografadas, nas quais avoca opiniões de figuras nacionais de maior destaque e que se manifestam favoravelmente à idéia.

A exemplo de outros, o Projeto Cezar Magalhães não teve tramitação, indo suas páginas se incorporar ao acervo dos arquivos da Câmara.

GEOGRAFOS E ESTATÍSTICOS

O geógrafo Teixeira de Freitas, em conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, levanta a questão da mudança da Capital para o interior ao abordar o tema de sua preferência: a Redivisão Territorial do Brasil em trinta unidades.

O assunto é abordado durante quase duas horas e Teixeira de Freitas, depois de expli-

nar sobre tópicos as suas idéias quanto ao reajusteamento territorial do quadro político brasileiro, expressa o conceito de ser necessário se cuidar da articulação das trinta unidades federativas centralizando este sistema por "uma metrópole no interior do País".

Quanto à localização desta Capital, Teixeira de Freitas tem opinião formada de que "o ideal seria, sem dúvida, a transferência para o retângulo do Planalto Central, já demarcado para tal fim". Todavia, argumenta urgência para uma transferência imediata, ou seja, de emergência, daf busca encontrar uma "solução intermédia".

A solução intermédia proposta se sugeria em razão da emergência com que o assunto deveria ser resolvido, em face da necessidade de integração do próprio plano de redivisão territorial que pregava e, também, tendo em vista a "confusa encruzilhada" com que se defrontava o Brasil devido as agitações políticas e o colapso econômico e financeiro que imobiliza a Nação. Interiorizar a Capital se apresenta, na visão de Teixeira de Freitas, como o melhor caminho para começar a dissipaçao aquela "confusa encruzilhada".

E Antônio Teixeira de Freitas revela-se, por mais de uma vez, quando Presidente, bastante empolgado na mudança da Capital, bastante empolgado na mudança da Capital, já demarcado para tal fim". Todavia, argumenta urgência para uma transferência imediata, ou seja, de emergência, daf busca encontrar uma "solução intermédia".

A GRANDE COMISSÃO

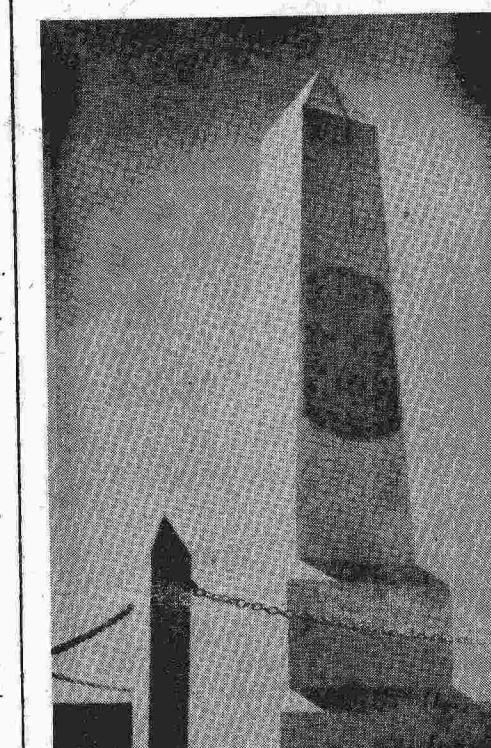
Enquanto os constituintes se reúnem, em 33, para elaborar a nova Carta Magna, a So-



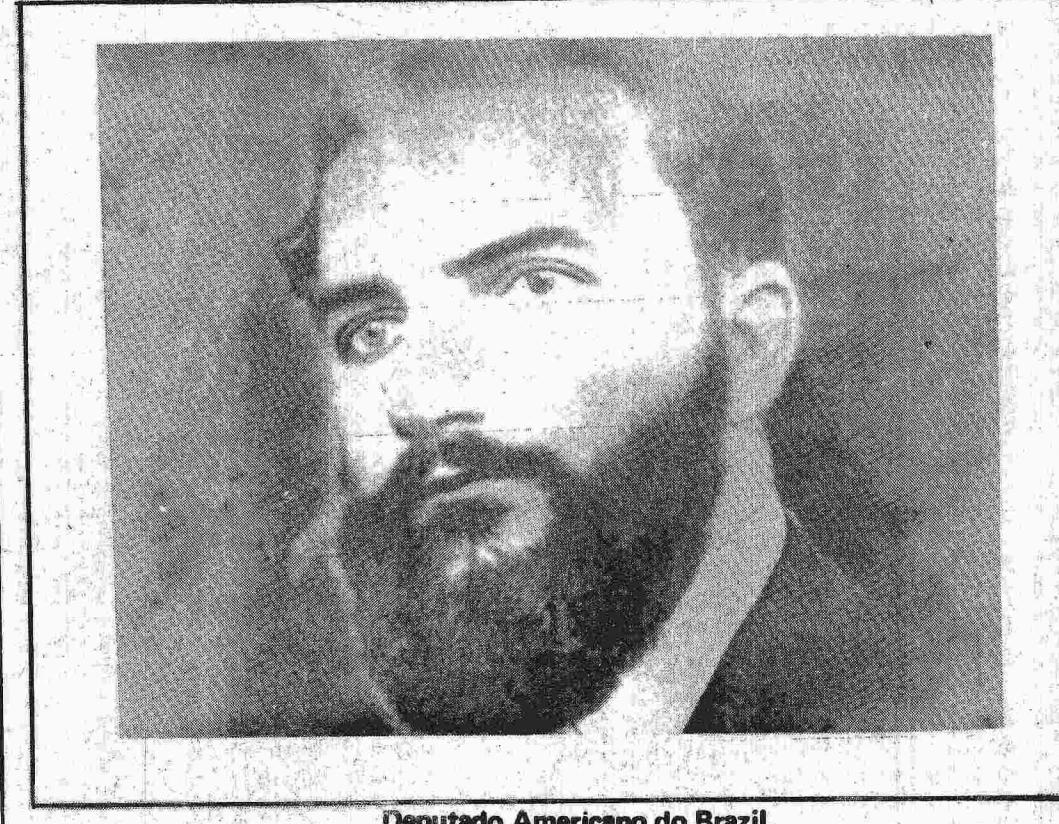
Presidente Artur Bernardes.



Senador Ramos Caiado.



Teixeira de Freitas.



Deputado Americano do Brasil.

ciade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia, constitui uma Grande Comissão para estudar os problemas da Redivisão Territorial e da localização da Capital Federal, questão levantada, um ano, por Teixeira de Freitas perante os membros do Instituto Histórico.

Contraíndo o ponto de vista de Teixeira de Freitas que defendia a imediata transferência da Capital em caráter de emergência para Belo Horizonte, a Grande Comissão da Sociedade de Geografia decide-se pela Solução Cruls, ou seja, a área demarcada, no final do Século XIX, por Luis Cruls no Planalto Goiano, em obediência ao imperativo do artigo 30 da Constituição de 1891.

XIX

Definindo-se sobre o assunto, a Grande Comissão considera que a Capital sendo gânglio de irradiação de cultura e de progresso, como um verdadeiro foco luminoso, deve localizar-se em um ponto central, de maneira a exercer bem e com equidade sua poderosa função civilizadora. A propósito e em defesa da sua opinião, cita o General Gordon, que aconselhando o Governo chinês a mudar a sua Capital para ponto mais central daquele país, assim se definiu: "O Governo, como rainha de um enxame de abelhas, deve residir no meio da colmeia".

As vantagens da mudança da Capital para o interior são, no entender da Comissão, de tal natureza e tão numerosas que não é mister discutir o assunto. Todavia, alinha duas justificativas:

- construída no centro do país, torna-se fácil ao Governo geral manter e multiplicar relações com todas as unidades competentes da Federação, colocadas em derredor do poder nacional:

- as capitais interiores ficam mais bem protegidas dos ataques externos, resguardam melhor as tradições nacionais, têm vida menos cosmopolita. No Brasil, fadado por várias razões de sua constituição geológica, deficiente cultura e formação histórica, a desempenhar no planeta por muitos anos ainda, uma civilização agropecuária-mineradora, a Capital interior será o primeiro passo de uma vasta e necessária política nacional. A Capital interior levará para o hinterland o influxo criador de que ele carece, vitalizando-o.

Por fim, vê na transferência da Capital "um imperativo categórico do progresso e da unidade" nacionais.

Presidida pelo geógrafo Everardo Backheuser, presidente da Sociedade de Geografia, a Comissão é integrada por membros de órgãos e entidades os mais representativos da nacionalidade. Por exemplo: Helio Gómez, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; José Lessa Bastos, do Clube Militar; Raymundo Pereira da Silva, do Clube de Engenharia; Canabarro Rechardt, do Instituto dos Advogados; tenente coronel Raul Banderia de Mello, do Instituto de Engenharia Militar; general Liberato Bittencourt e capitão Antonio Ferraz, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; tenente-coronel Armando Ribeiro e capitão Edmundo Gastão da Cunha, do Serviço Geográfico do Exército; major Antonio Fernandes Távora, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; José Pedro Carneiro da Cunha, Alcides Bezerra e Saladino de Gusmão, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; capitão-de-corveta Antonio Alves Câmara e capitão-de-marinha Ary dos Santos Rangel, do Ministério da Marinha; e major Raul Silveira de Melo e major Mário Ramos, do Estado Maior do Exército.

FATOS PARALELOS

Alguns fatos paralelos e de menor destaque ocorrem neste mesmo período de dez anos que medeia o lançamento da Pedra Fundamental da nova Capital e a instalação da Constituinte de 33/34.

Dentre tais fatos, merecem citação os seguintes: O jornal "A Ordem", do Rio de Janeiro, publica, em 1930, um plano completo de edificação da nova Capital brasileira, de autoria de Theodoro Figueira de Almeida que se assina com o pseudônimo de "Th. Emerson". O artista divulga o seu trabalho em cinco páginas de "A Ordem", sob o título "Ideal em Macha", e no qual dá à nova cidade o nome de Brasília, a "cidade histórica da América". Além de um estudo histórico e uma descrição do plano da futura metrópole brasileira, publica o traçado urbanístico da cidade, ocupando uma página inteira.

A Comissão de Finanças do Senado, nos meses de novembro e dezembro de 1924, pede a opinião do Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, sobre uma proposta do tenente-

coronel Luiz Mariano de Barros Fournier objetivando construir a nova Capital e um projeto, de autoria do senador paraense Justo Chermont, apresentado em 1919, autorizando o Executivo a abrir concorrência para a construção da nova Capital, sem ônus para a União e mediante priv